

Dossiê Especial

O Trabalho no Ensino Superior

arquivos analíticos de
políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 28 Número 14

20 de janeiro de 2020

ISSN 1068-2341

Trabalho e Subjetividade na Universidade: Por uma Visão Global e Multifacetada dos Processos de Sofrimento e Adoecimento

Eduardo Pinto e Silva

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Brasil

Citação: Silva, E. P. (2020). Trabalho e subjetividade na universidade: Por uma visão global e multifacetada dos processos de sofrimento e adoecimento. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(14). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4887> Este artigo faz parte do dossiê especial, *O trabalho na educação superior*, editada por Deise Mancebo, Kátia Maria Teixeira Santorum, Denise Bessa Léda, e Carla Vaz dos Santos Ribeiro.

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as relações entre os processos de intensificação, extensificação e precarização do trabalho na universidade com o sofrimento e/ou adoecimento de professores, tutores, estudantes e técnico-administrativos. São apresentadas interlocuções de grupos de pesquisadores que discutem a relação entre trabalho e subjetividade. Destacamos, inicialmente, a intensificação do trabalho do professor na pós-graduação. Em seguida, apontamos os entrelaçamentos entre os referidos processos e suas relações com as múltiplas demandas da graduação e pós-graduação. Identificamos formas insidiosas e sorrateiras de sofrimento e adoecimento. Argumentamos ser necessário ampliar o olhar sobre o trabalho na universidade, de forma a considerar seus múltiplos agentes e sua dimensão global e multifacetada, sob a égide da degradação, desgaste e falta de sentido. Apontamos para situações nas quais distintas formas de sofrimento se desdobram em estresse, distúrbios de ansiedade ou depressão. Concluímos que tais desdobramentos podem provocar, especialmente nos estudantes, situações-limite de *psychache*, desalento e desesperança, de forma a implicar em tentativas ou atos suicidas que necessitam ser

prevenidos e melhor investigados.

Palavras-chave: universidade; sofrimento e adoecimento; suicídio; Psicodinâmica e Psicossociologia do Trabalho.

Work and subjectivity in the university: A multifaceted and global view of the processes of suffering and illness

Abstract: The objective of this article is to discuss the relations among the processes of intensification, extensification and job insecurity in the university with the suffering and/or illness of professors, tutors, students and technical-administrative staff. It presents interlocutions of researcher groups who discuss the relation between work and subjectivity. Initially, we highlighted the intensification of the professor work in the post-graduation years. Next, we pointed out the interweaving among the aforementioned processes and their relations with the multiple demands of undergraduate education and post-graduation. We identified insidious modes of suffering and illness. We argue for the necessity of increasing research on work within the university, in order to consider its multiple agents and its global and multifaceted dimensions, under the aegis of degradation, wear and lack of sense. We pointed to situations in which different forms of suffering unfolds in stress, anxiety disorders or depression. We concluded that such unfoldings could cause, especially on students, situations of psychache, dismay and hopelessness, resulting in suicidal attempts or acts that need to be prevented and better investigated.

Keywords: university; suffering and illness; suicide; Psychodynamics and Psychosociology of Work

Trabajo y subjetividade en la universidad: Por una visión global y multifacética de los procesos de sufrimiento y enfermedad

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir las relaciones entre los procesos de intensificación, extensificación y precarización del trabajo en la universidad con el sufrimiento y/o enfermedad de profesores, tutores, estudiantes y administrativos. Presentamos interlocuciones de grupos de investigadores que discuten la relación entre trabajo y subjetividad. En primer lugar, señalamos la intensificación del trabajo del profesor en el posgrado. En segundo lugar, indicamos los entrelazamientos entre estos procesos y sus relaciones con las múltiples demandas de pregrado y posgrado. Identificamos formas engañosas y silenciosas de sufrimiento y enfermedad. Argumentamos sobre la necesidad de ampliar la mirada hacia el trabajo en la universidad para considerar sus múltiples agentes y su dimensión global y multifacética, bajo la égida de la degradación, del desgaste y de la falta de sentido. Señalamos situaciones en las cuales diferentes formas de sufrimiento se desarrollan debido al estrés, trastornos de ansiedad o depresión. Llegamos a la conclusión de que tales desarrollos pueden causar, especialmente en los estudiantes, situaciones-límite de *psychache*, desaliento y desesperanza, lo que implica en intentos o actos suicidas que se deben prevenir y mejor investigar.

Palabras-clave: universidad; sufrimiento y enfermedad; suicidio; Psicodinámica y Psicología del Trabajo

Introdução

Nos últimos onze anos (2008-2019) estabelecemos uma série de interlocções com grupos de pesquisa e com a produção do conhecimento relativa ao trabalho no campo da Educação, com destaque aos do trabalho na universidade pública brasileira. Uma vasta produção sob distintos eixos de análise com a qual interagimos foi a do grupo *Universitas-br*, vinculado ao GT 11 “Políticas Educacionais”, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED). E outra

importante interlocução, sob um foco mais específico, foi a estabelecida com o Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE-UNICAMP).

O grupo *Universitas-br* possui trajetória longa e reconhecida. Foi criado em 1993. E, nos últimos dez anos, se dedicou a uma apurada análise da expansão da educação superior brasileira, em que pese o refluxo deste processo nos últimos anos, posteriores aos governos do que se denominou “lulismo” (Singer, 2012). Singer (2012) cunhou este termo em sua análise da reforma gradual e pacto conservador dos governos presidenciais de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), exercidos nos mandatos de mandatos de 2003-2006 e 2007-2010. O “lulismo” teve continuidade, ainda que com distinções e em novo contexto político e econômico, até o ano de 2016, nos mandatos de Dilma Rousseff, o primeiro no período de 2011-2014, e o segundo de 2015 até o seu *impeachment*, em 2016.

Neste artigo estaremos nos referindo à nossa interlocução com a produção do *Universitas-br* desde 2008. Na ocasião, o que se perpetua, havia mais de uma centena de pesquisadores e orientandos de iniciação científica, mestrado e doutorado envolvidos em pesquisas desse grupo. Desde lá nossa interlocução se deu predominantemente com um dos então seis eixos de análise da educação superior e sua expansão, a saber: o eixo Trabalho. No último Seminário do *Universitas-br*, em sua vigésima oitava edição, realizado em 2019, em uma universidade pública do estado do Paraná, a UNIOESTE, em Foz do Iguaçu, o grupo já contava com oito eixos, a saber: financiamento; gestão; avaliação; trabalho; acesso e permanência; produção do conhecimento; educação do campo; educação profissional e tecnológica.

Ao longo deste período, de 2008-2019, foram realizadas discussões, notadamente no eixo Trabalho, das pesquisas em universidades (pós-graduação, graduação e educação à distância) e institutos federais de educação (IFETs), com prevalência das primeiras, e das públicas. O materialismo histórico-dialético se constitui como referencial unificador de análise dos contextos políticos e econômicos da produção dos pesquisadores do eixo Trabalho, mas há uma diversidade de olhares para outras questões, como às relativas à subjetividade docente, nas quais são integradas as perspectivas da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicossociologia, dentre outras.

O NETSS, por sua vez, criado formalmente em 2013, preza pela perspectiva interdisciplinar e tem como pressuposto a interdependência entre trabalho, educação, condições de vida e saúde. Esse se traduz nas pesquisas cujo referencial teórico mescla contribuições da Psicologia Social, Sociologia do Trabalho, Psicodinâmica do Trabalho e Psicossociologia. As potencialidades e ao mesmo tempo as armadilhas colocadas à subjetividade no contexto do gerencialismo e da mercantilização da educação são aspectos comumente considerados e analisados. Deste modo, a questão da precarização do trabalho é relacionada à degradação humana e aos forjados conflitos identitários presentes nos impedimentos à inscrição da singularidade na atividade laboral. Ao passo que a intensificação do trabalho é considerada como relacionada às normas heterônomas dos processos de avaliação e de malversação do reconhecimento do/no trabalho, não raro incorporadas e introjetadas pelos indivíduos e grupos com base num sistema de poder sócio-mental, sob os auspícios da sedução persuasiva.

A intensificação e precarização do trabalho é uma questão considerada igualmente fundamental e ocupa uma centralidade nas distintas pesquisas do *Universitas-br*, sobretudo por parte dos pesquisadores vinculados ao eixo Trabalho. A questão mais específica da intensificação do trabalho nas universidades federais na pós-graduação foi analisada por Sguissardi e Silva Júnior (2009) sob a perspectiva da economia política. Ela foi retomada por Ruza (2017) em sua Tese de Doutorado, de modo a fazer o enlace desta discussão às especificidades das discussões do grupo NETSS, voltado à questão dos aspectos da subjetividade e às dimensões psicossociais e ético-política do ser social docente.

Deste modo, buscamos, neste artigo, focar as relações entre trabalho e subjetividade na universidade com base em dados de pesquisas que identificaram ou tiveram como foco questões relacionados ao sofrimento e adoecimento dos seus distintos atores, com destaque àquelas relativas aos professores.

Partimos dos estudos sobre a intensificação do trabalho do professor na pós-graduação. A pedra fundamental foi a pesquisa desenvolvida por Sguissardi e Silva Júnior (2009) sobre a intensificação do trabalho e suas relações com o produtivismo acadêmico e mudanças nas políticas educacionais e no Estado, orientadas pela acumulação flexível (Harvey, 1992) e mundialização do capital (Chenais, 1996). A questão da dimensão subjetiva na intensificação do trabalho do professor da pós-graduação é aprofundada nas contribuições de Ruza (2017).

Após as considerações sobre a intensificação do trabalho na pós-graduação seguimos pela trilha da tríade precarização, intensificação e extensificação, ensejadas pelas múltiplas demandas da graduação e pós-graduação, com destaque ao que ocorreu durante o “lulismo” na fase de expansão das universidades públicas (Silva, 2013a; Silva, 2015; Silva & Mancebo, 2014). Consideramos ainda, com intuito de alargar o horizonte de análise do trabalho universitário, as pesquisas de Sampaio (2017) e Loureiro (2015). A primeira sobre o trabalho do professor na educação à distância da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), cujo foco foi a precarização e identidade docente. E a segunda que tomou como objeto o trabalho de técnicos administrativos (TAs), e cuja ênfase recaiu na questão das relações entre trabalho e subjetividade.

Indicamos, assim, ser necessário analisarmos o trabalho universitário em sua dimensão global e multifacetada. Sua expressão nas distintas modalidades e situações de trabalho do professor, mas também para além do trabalho deste. Argumentamos, com base no atual estágio de evolução das pesquisas do *Universitas-br*, que há dois eixos fundamentais que despontam na discussão do trabalho e subjetividade na universidade: o sofrimento e adoecimento; e a degradação, desgaste e falta de sentido. Assim, tecemos uma série de argumentos críticos em torno das atividades universitárias, e de como elas implicam em formas insidiosas e sorrateiras de sofrimento e adoecimento de professores, tutores, TAs e alunos. Nos primeiros estas se expressam no estresse, distúrbios de ansiedade e depressão. E nos últimos podem eclodir em situações-limite de *psychache*, desalento e desesperança, de modo a redundar em tentativas ou atos suicidas.

Intensificação do Trabalho na Pós-graduação: Produtivismo Acadêmico e Manipulação da Subjetividade

Como indicado, a pesquisa de Sguissardi e Silva Júnior (2009) foi nosso ponto de partida para o debate da intensificação do trabalho na pós-graduação. Ancorada nas discussões do campo da Economia Política e da crítica ao reordenamento do Estado, do setor produtivo, das políticas educacionais e do trabalho do professor universitário a reboque da mundialização do capital (Chenais, 1996), a pesquisa não tinha como objeto a subjetividade docente. Mas as dimensões da subjetividade e do adoecimento do professor foram identificadas, ainda que não fossem objetivos pré-estabelecidos.

Nosso entendimento é de que economia e subjetividade são elementos que estabelecem entre si relações de influência mútua e recíproca. A economia, que enseja a sociabilidade produtiva no campo do trabalho, produz o que poderíamos denominar subjetivações, isto é, efeitos sobre a subjetividade. Esta retroage sobre as formas de sociabilidade, reproduzindo-a ou transformando-a. Subjetividade e sociabilidade estabelecem, orientadas pelas formas históricas de reprodução da economia capitalista e das relações sociais, relações contraditórias e indissociáveis. Ainda que haja

especificidades da subjetividade e da sociabilidade, uma não pode ser redutível à outra e nem a si mesmas. São indissociáveis, mas preservam especificidades e irredutibilidades.

Não é nosso escopo a discussão aprofundada do movimento econômico e de suas implicações na Reforma do Estado no Brasil e repercussões na universidade e reconfiguração do trabalho do professor, aspecto este abordado na pesquisa de Sguissardi e Silva Júnior (2009). Mas tampouco poderemos deixar de apontar alguns aspectos imprescindíveis para dar maior inteligibilidade à discussão sobre trabalho e subjetividade que aqui objetivamos.

Consideramos a discussão crítica sobre a economia e o Estado como aspectos sócio-institucionais centrais necessários à compreensão de suas implicações à subjetividade docente. E ao abordá-la o fazemos sob uma indagação de fundo: como fica a subjetividade e saúde do professor, assim como sua condição de ser político, histórico e desejanter, uma vez inseridos numa sociabilidade produtiva potencialmente avassaladora e reificadora?

Faz-se necessário considerar a existência da economia e das relações entre a forma mercadoria do Estado e o desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas. A forma política do Estado é a forma-mercadoria, ou forma-valor (Mascaro, 2013). A política é uma atividade fundamental no nosso modo de agir no mundo. E as relações entre “Estado” e “forma política”, são inevitáveis (Mascaro, 2013). Mas o Estado não é a razão, ou, só o é enquanto razão fragmentada de sua classe dirigente. De outro lado, a razão, quando não fragmentada, pode se fazer presente no sujeito concreto, histórico, na sua consciência. Isto é, no seu agir que se contraponha à administração do Estado e do uso de sua máquina no sentido da lógica do capital. A sociedade desigual e não igualitária, porém, não sofrerá transformação estrutural mediante ajustes e movimentos expansivos da educação superior. A inclusão de jovens antes excluídos da educação superior num contexto de produtivismo acadêmico e de sociabilidade construída predominantemente sob a referida forma política não implica em ruptura com os aspectos sócio-institucionais estruturais. Há limitações ao alargamento do horizonte das práticas do ser social professor e aluno no que tange aos processos de expansão no “lulismo”. Sua dimensão instrumental se expressa no produtivismo acadêmico na pós-graduação, compreendida como ponta de lança da Reforma do Estado por Sguissardi e Silva Júnior (2009).

Estado é uma forma política necessária ao capitalismo. Ele se amarra a uma determinada âncora política. Sua forma política tem relação, em última instância, com a forma da mercadoria. Ou, d’outro modo, a forma da mercadoria molda a totalidade social, ainda que sob tensões e contradições: Estado, política, educação, saúde, trabalho, trabalhador etc. A forma Estado é uma forma Estado em-si. A sofisticação de alguns discursos e o discurso institucional técnico-gerencial (Gaulejac, 2007) somente refratam ou ocultam a falta de formas mais cristalinas de se dizer as coisas. Discursos que tendem a se afastar do que de fato existe na realidade cotidiana.

O desenvolvimento e a expansão desiguais e combinados da economia se refletem sobre o campo científico e processos de expansão da educação superior. A pós-graduação é um dos principais segmentos universitários da expansão, dada sua possibilidade de produção do conhecimento matéria-prima e da agregação do mais-valor (Silva Júnior, 2017). No contexto da acumulação predominantemente financeira, plataformas de produção de valor (Paulani, 2008) de baixo custo (custeadas pelo fundo público) possibilitam, pela via da penetração de investimentos externos diretos, a benesse da consequente sucção de tecnologias (Chesnais, 1996), e, assim, o (necessário) lastro à (arriscada) “sustentabilidade” do capital fictício.

A intrincada relação dos campos se reflete nos modos históricos de sociabilidade, acentuando sua dimensão produtiva e mercantil. Os rebates nas subjetividades, conquanto dimensão singular e indissociada da sociabilidade, são inevitáveis. E, muitas vezes, patogênicos. Consideramos que se instauram novas patologias e dinâmicas de adoecimento que tem como uma de suas características o não-reconhecimento da dimensão criativa, subversiva e sublimatória do trabalho vivo e real (Dejours,

2004^a, 2004b). Subjetividades forjadas pela quantofrenia, ou “doença da medida”, produtora de ranqueamentos irracionais e consciências fragmentadas. E, não sem contradições, cooptadas pela “corrida para o sempre mais” (Gaulejac, 2007, p. 173), que tende a arrefecer a pulsão político-desejante.

Foi com base nesta compreensão do processo econômico e das mudanças na universidade, a qual desde já cotejamos a alguns argumentos da Psicossociologia (Gaulejac, 2017) e da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours 2004a, 2004b), que Sguissardi e Silva Júnior (2009) traçaram o panorama da expansão da pós-graduação brasileira, com dados contundentes acerca da intensificação do trabalho.

Dados sobre a ampliação de cursos, vagas, matrículas e alunos, superiores ao aumento de professores, e o estancamento ou mesmo involução do número de técnicos-administrativos (TAs), são apresentados no capítulo “Os números da intensificação e precarização do trabalho do professor das federais do sudeste (1995-2005)” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, pp. 64-127). E se após o “lulismo” e a expansão da graduação - que ocorreu em período posterior ao analisado pelos referidos pesquisadores, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação da Educação Superior, REUNI, de 2007 - houve uma retração e estancamento da expansão da universidade pública, a continuidade do protagonismo da pós graduação e sua crescente submissão ao processo de internacionalização, sob a égide das exigências econômicas, persevera, tal como atestam as produções mais recentes de Silva Júnior (2017) e Bianchetti e Sguissardi (2017).

Feitas estas considerações dos aspectos estruturais, vamos ao ponto que indicávamos: a discussão da subjetividade e da saúde docente que eclode de uma pesquisa que não tinha ela como seu objeto. Ao analisar o processo acadêmico-científico na prática universitária e a intensificação do trabalho na pós-graduação, os autores fazem menção ao que denominaram “sequestro da subjetividade” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 187). Tal alusão teve como base o relato de uma entrevistada: “a universidade sequestra a subjetividade dos professores (...) o tempo inteiro ela está ali te sugando e usando controles sutis e sofisticados” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 188). E, ao final do livro, dedicam um capítulo à questão do adoecimento, intitulado “O tempo pessoal de trabalho, saúde e resistência” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, pp. 233-252). Os autores ponderam que muitos de seus entrevistados naturalizavam a intensificação do trabalho: “Não é mais trabalho, é uma paixão” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, pp. 185-186).

Um dos professores entrevistados chegou a dizer que ainda seria possível suportar as crescentes exigências, representadas como “sarrafos da CAPES”; mas reconheceu os limites para manutenção da lógica produtivista: “o pessoal ainda suporta bem os sarrafos da CAPES. Mas eu acho que nós estamos chegando num limite...” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 171). Há ainda relatos de professoras que não conseguiam abdicar do exercício de suas tarefas em situações tão inusitadas: como férias: “eu sou a típica pessoa que não tira férias (...) a última vez que tirei férias foi a quatro ou cinco anos atrás”; ao que complementou: “eu costumo dizer que só tira férias aqui da universidade quem vai pra Marte (...) “eu não tirava [férias], eu tirava no papel e não tirava na prática” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 235); internação da filha na UTI: “minha filha sendo operada por nove médicos (...) e eu tendo que ler tudo! Tendo que ler!”, ao que completou, exprimindo sua culpa (em relação à filha e à leitura realizada: “ela estava na sala de operação (...) e eu na sala de espera lendo uma dissertação (...) eu me senti muito culpada em relação à minha filha” (...)) [e] “não consegui ler direito tão bem quanto eu deveria” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 242); e situações de lazer: “nunca vou viajar [feriado] se não tiver 10, 12 artigos na malinha, nunca! (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 236).

Outras situações, como a acessibilidade ao e-mail, mescladas a aspectos subjetivos, também foram identificadas: um professor disse: “com os e-mails a gente não tem sossego (...) acaba virando um certo vício (...) porque você sente aquela necessidade de estar respondendo” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 237). Outra disse ter uma “paixão” inexplicável pelo trabalho: “acho que eu tenho

uma paixão que eu não sei explicar (...) eu vejo que eu sou explorada, mas eu compactuo com essa exploração” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 229). “Paixão” que no relato de outro entrevistado foi relacionado não propriamente ao prazer, mas, outrossim, à drogadição, ao vício: “o trabalho é a droga”, afirmou, ao que completou: “a gente escutava que isso dá prazer, tudo bem, dá prazer mas o vício também dá prazer, e o vício mata!” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 187).

Este professor relatou ter sofrido “duas labirintites” e “gastrite”. E no item “As doenças da prática universitária e a falta de atenção institucional”, Sguissardi e Silva Júnior (2009, pp. 238-241) apontam para uma série de problemas de saúde relatados pelos sujeitos da pesquisa: depressão, síndrome do pânico, úlcera, estresse, colesterol alto e uso de ansiolíticos.

Silva e Silva Júnior (2010) indicam haver relações entre as condições de estresse suscitadas pela intensificação do trabalho na pós-graduação, sociabilidade produtiva e competição, com o conformismo ou alienação. Argumentam haver uma “sobrecarga de trabalho” que “tende a se justificar” pelo “fetiche do prazer” (Silva & Silva Júnior, 2010, p. 236). Neste sentido, apontam que a “ideologia do produtivismo acadêmico” produz consequências “à vida sócio-familiar e à saúde” em um processo de “desumanização” que se conecta ao da mercantilização das práticas universitárias (Silva & Silva Júnior, 2010, p. 223).

E, para já antevermos um ponto argumentativo a se considerar mais a frente, no qual indagamos como tais problemáticas trabalho intensificado e de saúde docente podem reverberar nos estudantes, vale destacar uma frase de outro docente: “o aluno de pós-graduação também é um agoniado” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 173). Este docente ainda levanta outro aspecto a considerarmos, a auto-intensificação do trabalho: “você é pressionado pelas agências, pressionado pelo aluno e pressionado por você mesmo” (Sguissardi & Silva Júnior, 2009, p. 173).

As contribuições de Ruza (2017) são fundamentais para aprofundarmos algumas questões, uma vez que, ao lançar mão de conceitos da Psicossociologia e da Psicodinâmica do Trabalho, elucidam as armadilhas da intensificação do trabalho na pós-graduação. Estas armadilhas foram referidas como uma espécie de ardid do produtivismo acadêmico por Sguissardi e Silva Júnior (2009). Mas tal percepção não incorporava na análise a dimensão ontológica do inconsciente. Na passagem da análise de Sguissardi e Silva Júnior (2009) para a de Ruza (2017), há uma interlocução mediadora supracitada, elaborada por Silva e Silva Júnior (2010, p. 231), na qual o termo “fetiche do prazer” é evocado como fenômeno que em certa medida faz suportar “condições” de trabalho “desfavoráveis e indutoras de sofrimento”. Aqui há uma aproximação à obra de Pagès e colaboradores (1986) e à noção de manipulação da subjetividade. Assim como em Silva Júnior e Silva (2011) foi possível considerar, ainda que pontualmente, o conceito de *attachment* dos psicossociólogos Aubert e Gaulecac (1991).

Ruza (2017), Silva e Ruza (2018) e Ruza e Silva (2016), levam às últimas consequências a análise entreaberta por Pagès e colaboradores (1986) para analisar a sedução e entrega do sujeito às exigências institucionais de alta *performance*. Na perspectiva adotada se assume as possibilidades de interlocução do materialismo histórico-dialético tanto com a Psicossociologia quanto com a Psicodinâmica do Trabalho (Silva, 2013b). A manipulação da subjetividade é apontada como forma compreensivo-crítica mais adequada do que aquela evocada pelo termo “sequestro da subjetividade”, ou ainda, à noção de cooptação. O termo “paixão” é recusado enquanto prazer efetivo, e ao mesmo tempo em que se reafirma a pertinência do termo “fetiche do prazer”, se levanta o questionamento da suspensão ou não do prazer, ou seja, da dimensão desejante e ético-criativa, na atividade laboral (Ruza & Silva, 2016).

A pesquisa de Ruza (2017) objetivava explicitamente analisar as relações entre trabalho e subjetividade no trabalho do professor de pós-graduação. A pesquisa foi desenvolvida num programa tido como de excelência da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a UNESP. Um dos pontos centrais da análise se refere à adesão do professor ao produtivismo acadêmico e à

naturalização da intensificação do trabalho em função de aspectos psicodinâmicos inconscientes. Argumenta-se que se constitui um pacto narcísico entre o professor e a instituição, ou seja, entre o indivíduo com alta *performance* produtiva e os ideais ilusórios forjados na sociabilidade produtiva. O ideário institucional se conecta com as crenças e necessidades mais arcaicas dos indivíduos. O ideal de onipotência e de infalibilidade, típico das fantasias inconscientes, é colocado a serviço do ideário institucional. A formação ilusória de um eu grandioso é forjada e conduz à formação de uma engrenagem típica do que Pagès e colaboradores (1986, p.1 78) denominaram “*sistema de poder sócio-mental*”, e Aubert e Gaulejac (1991, p. 254) de “*sistema psíquico-organizacional*”. Nele as estruturas sociais e as psíquicas estabelecem um liame, um elo, pelas quais se tornam interdependentes, de modo a conduzir uma espécie de substituição do ideal de eu pelo ideal de eu da organização. Ao fundir ou transmutar o seu ideal de eu ao ideário organizacional, ao se cair nas armadilhas da instituição estratégica e de seu imaginário enganoso (Enriquez, 1997), o professor se assujeita à prática universitária e às suas crescentes exigências e pressões.

As estruturas sociais e psíquicas, conjugadas pela mediação de elementos econômicos, ideológicos, políticos e psicológicos, se entrelaçam de tal forma que induzem um vínculo do professor ao trabalho de tal ordem que este apresenta sérias dificuldades de se desligar de suas atividades, numa relação de quase dependência. É o que Aubert e Gaulejac (1991, p. 233) denominaram “*attachement*”. O conceito foi proposto pelos autores quando levantavam uma série de questionamentos sobre gerentes que se dedicavam de forma excessiva ao seu trabalho. Eles se perguntavam sobre o que levaria o indivíduo a se ligar tão intensamente à instituição e ao seu trabalho. E por meio de quais processos uma obrigação social ligada às necessidades sociais se transformava num tipo de aspiração pessoal ligada a exigências de ordem psicológica:

Como compreender que o interesse pelo seu próprio trabalho se transforme em amor pela empresa? Mas será isso amor? Isto parece com amor, isto tem a aparência de amor, mas não é amor: é um vínculo (*attachement*) profundo pelo qual o indivíduo se encontra ligado, e do qual não pode e às vezes não quer se desfazer. (Aubert & Gaulejac, 1991, p. 233, grifos nossos)

O termo é de difícil tradução. Preferimos traduzi-lo como vínculo ou apego, algo a qual nos prendemos e não conseguimos nos desligar, não porque não queremos com base em nossa vontade consciente, pois se trata de um sintoma relacionado a um processo inconsciente. No caso do trabalho intelectual e imaterial do professor, este desligar-se seria dificultado pelo não-controle da atividade mental, que tenderia a se sobrepor ao sujeito nas mais diversas circunstâncias, tal como relatado por uma professora entrevistada por Sguissardi e Silva Júnior (2009):

Às vezes eu saía pra um congresso, saía até pra uma viagem de três, quatro dias com a família, mas não dava tempo de desligar. A ponto de eu não conseguir dormir durante os três, quatro dias fora enquanto eu não levantasse e colocasse num papel o que estava na minha cabeça, (p. 236).

Para Aubert e Gaulejac (1991, p. 234), indivíduo-organização estabeleceriam uma “interpenetração” progressiva entre funcionamentos individual e organizacional, um “sistema” no qual “os elementos constituintes” de um seriam ligados aos do outro. O psíquico e o organizacional se aproximariam sistematicamente e seriam produzidas ligações (liames) que “mobilizam e reorganizam” o primeiro no sentido de uma “congruência” com os objetivos da “organização”. Forjar-se-ia a interiorização e naturalização de “modelos precisos de conduta e personalidade”, uma “economia psíquica” ativa e inconscientemente servil. Os autores também se referem a Bourdieu (1989) e ao conceito de habitus (interiorização da exterioridade). No “sistema psíquico-organizacional” a “organização” e a “personalidade” se influenciariam reciprocamente no sentido do agenciamento de uma

correspondência entre os dispositivos de poder e as estruturas mentais. A relação indivíduo-organização engendraria condutas defensivas patogênicas e implicaria em uma submissão a um (pseudo)amor/sujeição inexplicável, a um *attachement* ou apego ao trabalho ao mesmo tempo intensificado, extensificado e heterônomo (Aubert & Gaulejac, 1991, pp. 236-237; p. 254).

Tal indução do sujeito ao ideário organizacional, porém, não ocorre sem contradições e contratendências. Ainda que o modelo de gestão do prazer-angústia tenda a gerar uma espécie de cegueira, na qual o orgulho e o prestígio produzem uma servidão quase voluntária aos ditames organizacionais. Não se trata, porém, de uma vontade consciente. O que se coloca em jogo é um desejo inconsciente manipulado. Mas apesar de se constituir uma forma de exercício do poder que por incluir a dimensão inconsciente na sua reprodução se torna tão eficaz quanto imperceptível, o sistema tem fragilidades. E as formas precárias de reconhecimento, o estranhamento, dentre outros aspectos, podem gerar conflitos identitários e situações de sofrimento e/ou adoecimento que colocam obstáculos à perseveração da funcionalidade da dominação sedutor-persuasiva da qual o próprio sujeito é elemento partícipe.

Neste sentido, a interlocução das pesquisas até aqui indicadas em sua interlocução tanto com algumas aproximações das contribuições dejourianas sobre reconhecimento e o par contraditório sofrimento-prazer, como às proposições marxistas da dialeticidade do movimento histórico e das práticas sociais alternativas (Silva, 2013b), implicam em questionamentos importantes, a saber: mas até onde vai e se sustenta a manipulação da subjetividade? Poderia o inconsciente ser meramente uma espécie de província da ideologia e ficar aprisionado a ser um mecanismo de asseguramento totalitário de um processo de alienação não passível de ruptura? Até que ponto se sustenta o pacto narcísico se em grande medida ele tem como base o imaginário enganoso? Esta e outras questões levaram à discussão de um elemento que por vezes era evocado pelos docentes entrevistados e que os faziam recusar exigências e construções simbólicas forjadas na sociabilidade produtiva. Notava-se, assim, aspectos que passavam a ser percebidos e adentrar à consciência de parte dos docentes. Nesse momento então foi possível se construir um conceito: o de “malversação da psicodinâmica do reconhecimento” (Ruza, 2017, p. 157). Malversação esta que ao mesmo tempo indicava e denunciava a fraude do imaginário ilusório. Malversação que suscitava o mal-estar, o estranhamento.

A malversação do reconhecimento tem raiz no que Dejours (2008) analisa como um divórcio entre as práticas heterônomas de avaliação do trabalho, de cariz gerencialista, do real do trabalho. Para o pesquisador francês há uma incongruência entre o que geralmente os trabalhadores usam pra reconhecer a utilidade e beleza de seu trabalho e os padrões rígidos que são usados por aquelas práticas.

A ideologia gerencialista, como corrobora Gaulejac (2007), se caracteriza por um objetivismo estreito, por procedimentos ranqueadores que nada dizem sobre a dimensão substantiva do trabalho. Trata-se de um utilitarismo quantitativista que persegue um intento fadado ao fracasso: matematizar o que não é matematizável. Gaulejac (2007, p. 94) denomina como “quantofrenia” ou “doença da medida”, e a critica, pois argumenta que recai na ordem da insignificância. Assim, o trabalho, atividade de caráter criativo, ético e político, sempre propositor de mudanças nas formas mais rígidas de gestão e organização, tal como o compreende Dejours (2004a, 2008), fica reduzido a meras atividades sujeitas a padrões mecânicos, como se pudesse ser transmutado e configurado em tornos de metas e índices, ou ainda, ranqueamentos pouco confiáveis de sua efetiva qualidade social. E o intelectual atento, que preserva a sua capacidade de distinguir o “fazer por fazer” da construção crítico-reflexiva do conhecimento, não é propriamente “capturado” pelo sistema sócio-mental, pois este de fato não o captura, mas, mais propriamente, o manipula, ao intentar capturá-lo.

A malversação do reconhecimento, e sua percepção por alguns sujeitos da pesquisa de Ruza (2017), foi engendrada predominantemente pela mediação do trabalho intensificado. A malversação, em certa medida, possibilitou tornar perceptível a fraude do elemento simbólico enganoso plasmado

ao ideal onipotente. Mas quando consideramos também as pesquisas de Silva (2013a), sobre as múltiplas demandas da expansão no trabalho do professor, e de Sampaio (2017), sobre o trabalho do professor na UNIVESP, se percebe que, no geral, se pode apontar para dois elementos mediadores indissociáveis da malversação: a intensificação e a precarização (Silva & Ruza, 2018). Sendo que a precarização também foi considerada nas pesquisas até aqui discutidas, em que pese a centralidade na discussão da intensificação (Ruza, 2017; Sguissardi & Silva Júnior, 2009).

O reconhecimento, não percebido como passível de ser não efetivo, e pelo contrário, como algo subjetivamente existente, foi referido por um dos entrevistados como relativo a um objetivo pessoal: “Eu quero ser um pesquisador de excelência” (Ruza, 2017, p. 201). O professor mencionava inclusive não se sentir pressionado. O que parecia ser um discurso revelador do potencial adaptativo do sistema sócio-mental à sociabilidade produtiva: “eu não me sinto pressionado nem pela CPA [Comissão Permanente de Avaliação], nem pela CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]”, argumentou, e concluiu: “talvez o que está em jogo não é o que essa agência quer, é o que eu quero para minha carreira” (Ruza, 2017, p. 201).

Silva & Ruza (2018, p. 3), no entanto, apontam para uma série “paradoxos”, “impasses” e “(im)possibilidades do reconhecimento” no/do “trabalho do professor universitário”.

Em outro relato se evidenciou insatisfação e estranhamento com o trabalho: “em relação a desempenhos acadêmicos, estou sempre insatisfeito comigo (...) são poucas as produções textuais que eu realmente gosto, de que realmente acho que conta” (Ruza, 2017, pp. 230-231). Este professor se referiu à indução a um fazer nem sempre condizente com a qualidade de trabalho que almejava, ainda que outros pudessem dizer haver qualidade em seu trabalho: “às vezes, você faz coisas por encomenda, mas que não era aquilo exatamente que você queria fazer” (Ruza, 2017, pp. 230-231). Ao que acrescentou: “acho que todos nós somos levados a isso. (...) ao produtivismo, é esse um problema, o produtivismo, o exagero de produção” (Ruza, 2017, pp. 230-231).

Assim, poderíamos até aqui apontar para subjetividades forjadas na sociabilidade produtiva e no trabalho intensificado na pós-graduação. Ou ainda, para formas robustas, mas não intransponíveis, de manipulação da subjetividade docente por meio do sistema de poder sócio-mental. Podemos ainda apontar para uma tendência de insustentabilidade deste modelo de sociabilidade e de produção do conhecimento, quer seja em função dele poder provocar o adoecimento do “ser social produtivista”, quer seja pela própria natureza recalcitrante da subjetividade e daquilo que é mais valioso no trabalho no qual ela efetivamente se inscreve: a sua dimensão crítica, criativa e ético-política.

As Múltiplas Demandas da Expansão do Trabalho Intensificado, Precarizado e Extensificado na Universidade: Criação, Refração, Desgaste e Adoecimento

A pesquisa realizada sobre o tema trabalho, subjetividade e saúde numa universidade pública em expansão (Silva, 2013a; Silva, 2015; Silva & Mancebo, 2014), quando cotejada a outras sobre intensificação do trabalho e subjetividade na pós-graduação (Ruza, 2017), trabalho do professor na educação à distância (Sampaio, 2017) e trabalho e subjetividade de TAs numa universidade pública (Loureiro, 2015), revela que a intensificação do trabalho muito frequentemente se imiscui à precarização e extensificação do trabalho.

A proposição da pesquisa de Silva (2013a), realizada nos meados de 2012 a meados de 2013, na Universidade Federal Fluminense (UFF), após implantação do REUNI e criação de vários *campi* interiorizados, foi posterior à pesquisa de Sguissardi e Silva Júnior (2009) e à pesquisa e produções conjuntas de Silva Júnior e Silva (2011) e Silva e Silva Júnior (2010). E anterior à de Ruza (2017). Na ocasião de sua propositura se considerava que havia muitos avanços no que tangia à

compreensão da intensificação do trabalho do professor da pós-graduação, mas que, para uma análise mais ampla do trabalho do professor e das distintas possibilidades de seus efeitos sobre a saúde e subjetividade, seria necessário um olhar mais global sobre o trabalho universitário.

Isso implicava em considerar que o processo de expansão da graduação, por meio do REUNI, acrescentava elementos novos às exigências protagonizadas até então pelo notável crescimento da pós-graduação brasileira. Havia múltiplas demandas sobrepostas umas às outras: graduação, pós-graduação, educação à distância e trabalho administrativo. Compreendia-se que havia uma série de nuances a melhor se considerar. Pois havia casos de professores universitários fora da pós-graduação e cujo trabalho intensificado poderia se impor em função de outras dinâmicas que não a do produtivismo acadêmico.

Havia também *campi* interiorizados com dinâmicas distintas das dos *campi* das matrizes ou pré-existentes ao REUNI. E mudanças nas dinâmicas dos *campi* pré-existentes com REUNI e da criação, neles, de novos cursos, cursos noturnos, introdução de cotas e variadas políticas de inclusão. Ao lado da demanda pela produção científica, que agregasse valor ao sistema produtivo e privado, havia a demanda por uma universidade inclusiva, formadora de mão de obra para o mercado, mas socialmente inclusiva. Tal era o que procurava imprimir o projeto conciliador do “lulismo” (Singer, 2012). A universidade assim mesclava demandas em certa medida contraditórias, de inclusão social e de sustentabilidade - leia-se, esta segunda, como predominantemente voltada às pesquisas no campo da Ciência & Tecnologia, sob os novos marcos institucionais e legislativos de comercialização e transferência de tecnologia do setor público-universitário para o setor privado (Sacramento, 2019; Silva Júnior, 2017).

Ao mesmo tempo em que se investia na expansão da universidade pública, se produzia uma diferenciação entre elas, uma vez que nem todas, sobretudo as do interior dos estados, tinham condições, de pessoal, de infra-estrutura, de tempo de existência, de desenvolver a pós-graduação. Assim como a economia, que se desenvolve de forma desigual e combinada, se dava o crescimento das universidades públicas, notadamente das Instituições Federais de Ensino (IFEs). As perspectivas do Banco Mundial (BM) para educação influenciavam as políticas educacionais. A diversidade e diferenciação entre grandes centros de excelência de pesquisa em universidades de ponta da região sul-sudeste, como USP, UNICAMP, UFRJ, UERJ, UFF, UFSCar, UFMG, UFES, UFPR, UFRGS, dentre outras, e os pólos interiorizados de outras, voltados quase que exclusivamente ao ensino e extensão, era de alguma forma requerida pelo BM. Produção de tecnologia para agregar valor ao capital de um lado, e educação terciária para a formação para o mercado de trabalho de outro.

Também orientado por tais diretrizes já havia sido criado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) em 2004, com bolsas parciais ou integrais para estudantes em faculdades particulares, e, posteriormente ao REUNI, foi ampliado o subsídio estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), uma nova modalidade de financiamento público de estudantes de faculdades privadas. A proposta do BM ainda ensejava um amplo incentivo à educação à distância (EaD), tanto nas públicas como nas privadas. A racionalidade instrumental se espalhava, ainda que com certo toque de inclusão, nas IFEs, por meio do REUNI.

Para dar conta da compreensão da heterogeneidade do desenvolvimento e expansão desigual e combinado das IFEs, Silva (2013a) optou por realizar uma pesquisa na UFF, uma das instituições de crescimento significativo apurado por Sguissardi e Silva Júnior (2009), e que contava com dois *campi* pré-existentes ao REUNI, um em Volta Redonda e outro em Niterói, e vários novos *campi* então criados no interior do estado do Rio de Janeiro, como os de Nova Friburgo, Santo Antonio de Pádua e Rio das Ostras, dentre outros. Estabeleceu-se então o objetivo de pesquisar o trabalho, saúde e subjetividade dos professores nos *campi* de Niterói e no *campus* interiorizado denominado Pólo Universitário de Rio das Ostras (PURO).

A pesquisa se iniciou com levantamento de dados sobre a expansão que corroboraram os achados de Sguissardi e Silva Júnior (2009): expansão acentuada de alunos e cursos, ampliação de docentes aquém da taxa de crescimento dos alunos, e mais aquém ainda no que tange aos TAs (Gregório, 2011; Silva, 2013a; Silva & Mancebo, 2014).

Em seguida se procedeu a realização de entrevistas com o que se denominou “gestores” e “sindicalistas”, nas quais se identificou visões diametralmente opostas sobre a expansão da universidade. Os “gestores” proclamavam a positividade do processo, o que diziam ser a vocação de interiorização da universidade em prol do desenvolvimento econômico e social. Ao passo que os “sindicalistas” lamentavam a forma como se dava a expansão, e não ela em si, pois defendiam a inclusão, a ampliação da universidade pública, mas se queixavam por compreender que esta se dava sob a égide da racionalidade instrumental e da precarização. De um lado os Relatórios de Gestão da UFF ilustravam seu discurso positivo, com números e dados alvissareiros, ao menos na forma como eram divulgados e apresentados. De outro a entidade sindical, que produziu inúmeros dados e dossiês sobre obras inacabadas e contingentes insuficientes de docentes contratados - sobretudo nas unidades novas - e que criticavam o viés privatista ou tecnicista da formação e das propostas de pesquisas aplicadas ao setor produtivo, dentre outros fatores já aqui mencionados.

Num segundo momento se realizou entrevistas com professores dos *campi* de Niterói e do PURO sobre trajetória acadêmica, expansão da universidade e efeitos do trabalho sobre subjetividade e saúde.

Os professores apresentavam vários problemas, como sofrimento, estresse, distúrbio de ansiedade e psicossomáticos e, sobretudo, doenças que envolviam a dimensão do humor e afeto, como a depressão, quadro identificado como prevalente nos casos de afastamento por problemas de saúde (Silva, 2015).

A questão da precarização das condições de trabalho, relacionadas a uma expansão com insuficiências de recursos humanos e infraestruturais, mesclava-se à precariedade das condições objetivas de vida de alguns docentes. Era o caso, por exemplo, de docentes que faziam morosas viagens para o pólo do interior, pois não conseguiam, por motivos diversos, fixar domicílio na cidade de Rio das Ostras, e continuavam morando na capital, Rio de Janeiro, ou em Niterói. Muitos deles, independentemente de fixar ou não residência em Rio das Ostras, também faziam viagens e deslocamentos frequentes para participar de atividades de pesquisas nos seus grupos de pesquisa nos quais realizaram suas formações de Mestrado e Doutorado, já que não havia cursos estruturados de pós-graduação no pólo PURO. Eram frequentes ainda deslocamentos para eventos que, na maior parte das vezes, ocorrem nos grandes centros. O desgaste advindo do estresse cotidiano de viagens se somava à frustração com o parco desenvolvimento de potencialidade valorizada pela identidade docente: a de pesquisador. Tal levou um contingente significativo de professores a prestar concursos na capital e em Niterói, para onde retornaram quando aprovados.

A precarização no PURO era notável: muitas das salas de aula e de professores no PURO eram em *containers*. A universidade havia se alocado num prédio de uma escola municipal, de tamanho um tanto reduzido. No início das atividades do pólo os professores eram professores bolsistas de Niterói, que recebiam complemento de renda para lecionar no PURO. Porém, com as eleições municipais e mudança na gestão da Prefeitura de Rios das Ostras, foi desfeito o convênio que possibilitava pagamento dos salários dos professores-bolsistas, e o pólo PURO ficou um ano sem abrir vagas nos seus cursos, quando sequer houve exame de ingresso de novos estudantes.

O trabalho ao mesmo tempo precarizado e intensificado colidia com as expectativas dos professores, com elementos de sua subjetividade. Se deparavam com demandas muitas vezes reduzidas a atribuições percebidas como restritas a atividades mecânicas ou burocráticas. Na visão de alguns, no entanto, no contexto de precarização havia possibilidade de realizar um trabalho de

formação política dos estudantes, o que se contrapunha aos processos de sofrimento e adoecimento de alguns, mas cujo potencial protetivo era insuficiente, para outros.

O adoecimento docente evidenciado na pesquisa se revelou como algo criado, desencadeado e/ou potencializado pelas situações de vida e de trabalho precarizados e intensos. Um aspecto que se pôde notar é que a falta de sentido ou dificuldades de se imprimir sentido no trabalho era, para alguns, elemento de maior sofrimento do que os relativos a cansaço, intensidade do trabalho e condições precárias de vida e trabalho. Havia casos nos quais se percebia com nitidez impedimentos à concretização de posicionamentos e ideais ético-políticos. Tanto dos que defendiam a universidade competitiva, sustentável e ancorada nos princípios de conjugação dos interesses e parcerias público-privadas, como pelos que almejavam fazer de suas práticas e da universidade uma forma de alavanca de transformações sociais (Silva, 2013a; Silva & Mancebo, 2014). Em um e outro espectro político, os ideais não se concretizavam a contento, de forma que pudemos caracterizar o sofrimento como perpassado pelas dimensões objetivas de vida e do cotidiano, pelas questões dos distúrbios de afeto e do humor, e pela dimensão ético-política (Silva, 2015).

Na matriz, em Niterói (RJ), a intensificação se dava mais em função da pós-graduação, ao passo que no PURO, em Rio das Ostras (RJ), em função da sobrecarga do ensino e de atividades administrativas, pois a constituição dos regulamentos, da estrutura burocrática e organizacional e de infra-estrutura exigiam esforços desdobrados. Ademais, o *campus* de Rio das Ostras era visivelmente preterido em relação ao de Volta Redonda no que diz respeito à eficácia de construção dos prédios. Em Volta Redonda ficaram as ampliações e um novo *campus* prontos nos tempos previstos, e a contratação de docentes foi bem mais adequada em relação à demanda, ainda que também com insuficiências face ao crescimento de cursos e alunos.

Um dos professores de Niterói revelou em entrevista que, quando ingressou no PURO, pretendia residir em Rio das Ostras, pequena cidade de praia na qual achava que poderia ter melhor qualidade de vida. Mas o desenvolvimento econômico e social, em tese propiciado pela universidade, não ocorria tal como propalado pelos seus propositores. A cidade carecia de equipamentos públicos de saúde e educação, e a chegada da universidade expeliu a população do centro para as periferias, de forma a aumentar o custo de vida em função do mercado imobiliário especulador, “aquecido” com a chegada dos professores e outras demandas da universidade. Ele desistiu de lá permanecer e, ao ser aprovado em concurso em Niterói, voltou ao grande centro. Este não foi o único caso, das 16 entrevistas realizadas, 8 de Niterói e 8 de Rio das Ostras, 3 das de Niterói foram com ex-professores do PURO (Silva, 2013a).

Este professor de Niterói dizia que lhe era muito incômodo ter que no PURO se dedicar a atividades administrativas que julgava burocráticas, e também se queixava de uma dependência em relação à matriz, o que o fez aludir a uma relação entre “colonizador-colonizado” (Silva, 2013a, p. 90). Ele disse que em Niterói não havia se livrado de longas jornadas de trabalho, mas que o trabalho intensificado, que admitiu existir, era o “seu” trabalho intensificado, e não mais um trabalho intensificado provindo de demandas de trabalho administrativo que não lhe motivavam (p.90).

Houve ainda efeitos diversos do adoecimento docente. Podemos apontar que os aspectos criativos do trabalho exerciam uma relativa proteção contra o adoecer: pela mediação da formação política dos estudantes e práticas de extensão de caráter comunitário-social, no caso do pólo Puro; pelo encontro com a valorizada e prestigiada atividade de pesquisa, na UFF em Niterói; e também, ainda no caso de alguns professores do PURO, pela mediação dos materiais e publicações de suas experiências de ensino e extensão, geralmente mais em eventos do que em periódicos. Esta dimensão criativa se fazia presente em alguns casos, e era uma espécie de salvaguarda, mais ou menos eficaz, do sofrimento ou situações mais graves, como estresse ou depressão. Mas havia a questão da refração, tal como denominamos o desvio do professor e de suas práticas desejadas em função das suas

condições de trabalho e das exigências postas, quer seja pelas condições de intensificação e precarização do trabalho, quer seja pela racionalidade instrumental predominante.

Assim, se formulou o conceito de subjetividades refratadas, numa forma mais avançada de se referir ao que havíamos já antes apontado como subjetividades forjadas (na sociabilidade produtiva).

O elemento da criação, por sua vez, nos fez não simplesmente apontar para o problema da subjetividade refratada ou forjada, mas nos permitiu analisar para uma dialética contraditória entre subjetividades refratadas e subjetividades refratárias.

As subjetividades refratárias foram caracterizadas como as que conseguiram driblar as adversidades e concretizar, de algumas formas específicas, e na maior parte das vezes mais individualizadas, os ideais éticos e políticos autônomos que, no entanto, na maior parte dos casos, eram dificultados e/ou obstaculizados. E, nos casos de adoecimentos, visivelmente impedidos.

As subjetividades refratárias se relacionavam às possibilidades (reduzidas) de sublimação no trabalho, pois recalitrantes à negação da inscrição do desejo no trabalho. Subjetividades refratárias que, de alguma forma, preservavam a dimensão criativa, no enfrentamento das prescrições rígidas e limitadoras. E que objetivavam, grosso modo, uma relativa aproximação ao que Dejours (1996, 2004c) conceitua como *tricheur*, traduzido como trapaça (Silva & Heloani, 2013). A trapaça seria uma subversão criativa, não dolosa, pois apoiada num sentido ético e político. Trata-se de uma forma de transformação da gestão rígida e padronizada do trabalho, legitimada pelo coletivo dos trabalhadores na negociação com a gestão. Como toda ação criativa, redonda em fluidez das capacidades profissionais e da energia pulsional. As subjetividades refratárias se contrapõem às subjetividades refratadas, pois estas engendram processos de estresse e adoecimento.

Deste modo, foi possível verificar, com uma visão mais global da universidade, as nuances e variabilidades dos efeitos do trabalho na saúde e na subjetividade docente. Pois a gama de efeitos e feições tendem a ser mais circunscritos sob determinados contornos específicos quando se tem por objeto somente os professores de pós-graduação, geralmente melhor estabelecidos nas grandes matrizes de maior reconhecimento social, como os da IFEs do sudeste (Sguissardi & Silva Júnior, 2009) e do programa de excelência da UNESP (Ruza, 2017).

A questão da precarização, por sua vez, pôde ser aprofundada e melhor observada e analisada em outra classe de professores. Nos referimos à possibilidade surgida em nossa interlocução com a pesquisa realizada por Sampaio (2017) na UNIVESP. E um olhar ainda mais ampliado sobre a universidade pôde também ser produzido com base na pesquisa realizada por Loureiro (2017), por ter sido feita com outra categoria profissional, a dos TAs.

Na pesquisa de Sampaio (2017) a precarização pôde ser relacionada às condições objetivas e de vida (de carga horária de trabalho, salário e moradia), conflitos identitários e malversação do reconhecimento do trabalho do tutor em EaD. Foram abordados docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da modalidade à distância do então Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo. O perfil do professor, as funções desenvolvidas e as condições de trabalho foram investigadas preliminarmente por meio de questionários e, posteriormente, de forma qualitativa, por meio de 8 entrevistas semiestruturadas.

O caso dos professores-tutores lança luz ao aprofundamento da análise da precarização, e novamente, nos remete a ela como elemento mediador da malversação do reconhecimento. Suas jornadas de trabalhos eram extensas. A qualificação elevada. Mas os salários muito baixos. Eram rendimentos incompatíveis às jornadas e qualificações. Via de regra cumpriam duplas jornadas de trabalho, pois trabalhavam como tutores na EaD e professores na rede pública da Educação Básica. Os ganhos salariais baixos eram compreendidos como necessários no sentido de melhorias no currículo e busca por melhores oportunidades laborais no futuro. Assumiam frequentemente as tarefas dos orientadores de turma, que eram os professores que tinham vínculos efetivos com a UNESP e situação estável.

A análise das condições de trabalho e dos relatos dos tutores levou Sampaio (2017) a identificá-los como sujeitos prototípicos de segmento social definido por Braga (2012) como precariado. As condições subjetivas e objetivas de vida eram permeadas pelo desgaste e degradação. E foi possível apontar para uma constituição identitária problemática, senão dilemática. Os tutores não se reconheciam efetivamente como professores da instituição. De fato não o eram. Eram trabalhadores temporários. E muitos apresentavam estranhamento em relação ao trabalho. Na percepção deles não havia autonomia em seus trabalhos, executavam planos de trabalhos elaborados por outrem (os orientadores de turma, docentes da UNESP). E as atividades desempenhadas não eram vivenciadas como atividades de docência. Deste modo, Sampaio (2017) apontou para elementos substantivos da precarização não tão evidentes nos casos precedentes: a degradação de si e do trabalho; a des-efetivação do ser social professor. De modo que a precarização se revelou tanto objetiva como subjetiva.

A precarização relacionada ao desgaste e à degradação de si e da própria identidade docente se distingue daquela do professor do pólo interiorizado, embora haja aproximações. A vitalidade do ser social tende a ser extraviada por cargas extensas de trabalho mal pago e em grande medida destituído de sentido, sem o devido reconhecimento e divorciado da autonomia. A precarização objetiva dos contratos vulneráveis e dos rendimentos incompatíveis com qualificações e expectativas se articula ao sentimento de trabalhar sem atingir o resultado subjetiva e objetivamente desejado. A tal processo Sampaio (2017) relacionou a noção de precarização subjetiva. O sentido do trabalho era posto em suspenso. E a identidade conflitiva expressa numa des-efetivação da condição docente. O não-pertencimento institucional e o não-reconhecimento dos outros e de si provocavam o sofrimento dos professores, ainda que este não fosse o objetivo que moveu a pesquisa de Sampaio (2017). A desesperança foi relatada. Aspecto este também identificado na pesquisa com TAs (Loureiro, 2015). E que, vale ressaltar, constitui uma marca do sofrimento juvenil passível de assumir condições agudas, relacionadas ao risco de vida, tal como indicaremos mais a frente. E frisamos então que, uma das conclusões do estudo de Sampaio (2017), foi a de que os trabalhos precários vivenciados pelos sujeitos da pesquisa perduravam para além do tempo previsto por eles. E, nesse sentido, os aproximavam da condição do precariado.

Consideramos que a interlocução com a pesquisa e análise do caso do professor da EaD, na função de tutor foi profícua, no sentido de alargar os horizontes de compreensão de análise do trabalho do professor na universidade. Comparativamente aos casos anteriores, dos professores da pós-graduação e dos professores da universidade em expansão, o caso da atuação na EaD nos remeteu a algo nem sempre evidenciado: a fragmentação do trabalho acadêmico (separação entre planejamento e execução). E, acima de tudo, evidenciou dois aspectos: a dimensão do que denominamos des-efetivação da identidade docente; e a precarização do trabalho enquanto desgaste e degradação. Aspectos estes já evidenciados, em suas especificidades e configurações relativamente distintas, nos casos dos professores da pós-graduação e dos professores da universidade em expansão, com destaque, neste último, aos dos professores do *campus* interiorizado.

Ainda no intuito de alargar a compreensão do trabalho na universidade, e das relações entre trabalho e subjetividade, iremos nos remeter à interlocução, desta feita, com a pesquisa de Loureiro (2015), realizada com servidores técnico-administrativos (TAs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Dados os limites deste trabalho, não iremos nos remeter a outras pesquisas do eixo Trabalho do *Universitas-br* que incluem outros atores do trabalho universitário, como os terceirizados (Reis, 2018), geralmente alocados nas funções de limpeza, apoio aos prédios de sala de aulas e vigilância, e cujo foco foi a precarização. Não obstante esta ausência, a pesquisa de Loureiro (2015), além de alargar a compreensão do trabalho na universidade, por tomar como objeto os TAs e não os docentes, evidenciou que, no processo de desgaste sócio-institucional, de expansão com

precarização, além da intensificação e extensificação do trabalho dos servidores contratados por concurso, há ainda a inclusão de um outro ator precarizado, cujas condições contratuais e salariais são um tanto distintas das dos efetivos, e que embora não sejam propriamente trabalhadores terceirizados, de alguma forma deles se aproximam: os estagiários dos setores de apoio administrativo e acadêmico que substituem a não contratação de técnicos-administrativos efetivos.

Destacamos ser comum haver alunos da universidade na condição de estagiários, em uma compensação à redução do número de TAs concursados. Isto nos remete ao fato de que estes não somente se inserem numa dinâmica universitária extenuante, com prazos, pressões e metas a cumprir, ainda que não na condição de atividade remunerada, mas também o são na condição de vínculos contratuais de estagiários, numa posição hierárquica fragilizada frente aos docentes e servidores efetivos. Destacamos tal aspecto tendo em vista nossa preocupação em, ao final, apontar para elementos a ser melhor compreendidos dos tipos de acometimento prejudiciais à saúde que envolvem estudantes.

Mas feita algumas considerações preliminares, nos voltemos ao foco específico de Loureiro (2015), que pesquisou casos de servidores que, voluntariamente, pediram remoção de seus setores originais para outros setores na UFSCar, nos quais vivências de sofrimento e prazer foram identificadas e analisadas.

Loureiro (2015) partiu da noção dejouriana de que o par sofrimento-prazer se caracteriza como uma unidade contraditória, presente em todo o trabalho e na atividade real do trabalho. Em toda e qualquer situação de trabalho o prescrito é forçosamente transmutado em atividade concreta que se confronta com a organização do trabalho (Dejours, 2004a). Neste confronto ocorrem desde uma submissão rígida a ela, até uma ação prática que a modifica e a transforma. O embate da singularidade do trabalhador e de sua capacidade astuciosa e criativa com o prescrito pode resultar em valiosas contribuições à transformação da organização do trabalho, em trabalhos cuja subjetividade nele se inscreve, de tal modo que o sentido se realiza (Dejours, 2004d). Neste caso o trabalho se configura como sublimatório e prazeroso, uma vez que o reconhecimento advindo desta contribuição transformadora permite a transformação do sofrimento em prazer. Emerge o sofrimento criativo e se efetiva uma ressonância simbólica entre subjetividade e sociabilidade (Dejours, 2014b, 2014c). Já o impedimento a isto implica em constituição de um trabalho patogênico, quando justamente predominam os liames entre subjetividade refratada ou assujeitada e sociabilidade produtiva, tal como se depreende das pesquisas de Ruza (2017) e Silva (2013a) em suas proposições baseadas nas contribuições da Psicossociologia.

A pesquisa de Loureiro (2015) indica a predominância do impedimento ao sentido e limitadas formas de reconhecimento e prazer no/do trabalho dos TAs. Alguns aspectos do cotidiano do trabalho dos TAs foram identificados, a saber: estigma do servidor público; a rotatividade das chefias; as condutas patrimonialistas; as ingerências da pequena política da universidade e dos conflitos inter e intra departamentais no trabalho; situações de humilhação nem sempre sistemáticas ou identificadas com detalhes a ponto de poder se indicar assédio moral; os problemas de somatização e de doenças psicossomáticas, além de outros acometimentos como depressão, ansiedade e estresse; a intensificação do trabalho; e a invisibilidade do trabalho. Ou seja, uma série de elementos do cotidiano laboral que mais uma vez colocam a questão da degradação do sentido do trabalho, o não-reconhecimento e a vulnerabilidade ao estresse e adoecimento.

Alguns indicadores de prazer, mais pontuais e limitados, no caso de algumas remoções denominadas como bem sucedidas (Loureiro, 2015), também puderam ser identificados: o contexto institucional de trabalho numa instituição de ensino, que permitia que o servidor obtivesse da chefia a liberação para a qualificação em inserções em processos de qualificação profissional (por vezes impedidas em alguns setores, quer seja pela sua dinâmica e demanda, quer seja pela própria postura da chefia, ainda que fosse uma prerrogativa do TA na instituição); casos de situações de abertura a

sugestões e práticas criativas de lidar com as demandas administrativas e comunicações inter-setoriais, condicionadas por peculiares e minoritárias relações positivas entre chefia e TAs; situações de espaço de discussões e trocas para além dos limites do trabalho burocratizado e prescrito; realização de atividades para além das funções demandadas pelo cargo (ex: TA que assumia função de fotografar atividades ou eventos, configurando um elemento a mais de seu trabalho, em função de próprio interesse, iniciativa e habilidade).

No geral eram situações relacionadas a algo além do trabalho prescrito, mas não construídas desde mudanças de seu núcleo principal. Foram pontuais as situações de prazer em função do reconhecimento da capacidade do trabalhador de contribuir com a mudança das formas de organização do trabalho. Mas vale registrar a retribuição simbólica de algumas mudanças de setor, quando, de fato, o servidor, antes insatisfeito no setor original, encontrou uma fluidez para a dimensão desejante em seu trabalho no setor para o qual se removeu.

Em termos do recorte da pesquisa, com TAs que solicitaram remoção por iniciativa própria, esta foi, na maioria dos casos, exitosa. De modo a auxiliar a ressignificação do trabalho (Dejours, 2004d). Mas também houve outros casos nos quais a remoção acentuou vivências de sofrimento e vulnerabilidade ao estresse e adoecimento. Nesta trama, a possibilidade ou impossibilidade de reconhecimento apareceu como elemento fundamental na acentuação do prazer e/ou sofrimento. Longe de ser uma panaceia, a estratégia da remoção propiciou, à maioria dos sujeitos da pesquisa, uma libertação de relações interpessoais desgastadas. E estabelecimentos de melhorias nas relações de trabalho, no sentido da construção de significados autênticos do fazer do trabalhador (Loureiro, 2015).

Mas a possibilidade de se perdurar situações favoráveis é limitada, pois uma coisa é mudar para um setor, e assim construir relações de trabalho melhores que na situação de trabalho anterior, geralmente em função das características particulares da nova chefia. E outra são questões estruturais da instituição (o patrimonialismo; os processos políticos que acarretam em ingerências negativas no trabalho) ou relativamente conjunturais (a ampliação das atividades da universidade diante dos crescimentos da graduação e da pós-graduação, mediante REUNI e demandas crescentes da CAPES). De modo que o servidor se move de um setor para outro, mas não raro se removem as situações estruturais e conjunturais de um setor para outro (Loureiro, 2015).

Ademais, como ressaltou Loureiro (2015), há inúmeros casos de remoções não solicitadas pelos trabalhadores, e cuja dinâmica estabelece outros contornos; mas este não foi o foco da sua pesquisa, que justamente optou por analisar o pedido voluntário, para analisar se seria uma estratégia defensiva eficaz. E se apontou que os casos de remoções foram parcial e temporariamente bem sucedidos. E com uma ressalva importante: a dos motivos que as causaram. As remoções foram solicitadas porque havia frequente e reiteradamente os aspectos acima considerados de vivências de sofrimento potencialmente adoecedoras ou de fato adoecedoras. Havia ainda uma forte ambivalência nas relações de trabalho, na relação do TA com o trabalho, geralmente relacionada à autonomia um tanto limitada nas suas atividades, assim como aos conflitos mais ou menos encobertos com os docentes. Estes se relacionam a uma hierarquização que coloca o professor numa condição simbólica de superioridade e que tende a estigmatizar e, em alguns casos, a concretizar, situações de abuso de poder do docente sobre os TAs.

Houve caso, não discutido em detalhes por questões éticas (evitar questões de identificação e retaliações), de TA que carregava um taco de beisebol em seu carro. O servidor revelou situações de trabalho e de tensão diante de humilhação e de sua colocação na condição de servidor servil ao chefe-docente. Isto fazia o mesmo a conjecturar utilizá-lo em situação concreta de agressão. Não efetivada, mas conjecturada por ele. O que nos leva a pensar o quanto há elementos latentes tensos que ficam recalcados. Esta dimensão da tensão contida foi relacionada aos processos de padecimento

psicossomático, na qual o conflito implode no corpo, sem que tenha sido decifrado, expresso e perlaborado (Loureiro, 2015).

Sendo assim, a partir de uma visão ampliada do trabalho na universidade, podemos apontar para uma série de dinâmicas contraditórias e conflitivas dos pares sociabilidade/subjetividade, prazer/sofrimento, saúde/doença, reconhecimento/não-reconhecimento e significado/sentido do trabalho em contextos de precarização e intensificação do trabalho. Tal foi identificado em distintos perfis e condições do exercício da docência, assim como no caso dos TAs. E, de modo geral, implicavam em efeitos nocivos à saúde, tais como: insatisfação, sofrimento, tensão, estresse, ansiedade, depressão, somatização e doenças psicossomáticas. E então fica a interrogação: como isso tem se desdobrado ou reverberado no aluno, peça chave da dinâmica geral que move o trabalho na universidade? A universidade impeliria o sofrimento estudantil e de alguma forma poderia influenciar tentativas e casos de suicídio?

Do Adoecimento do Professor e dos Técnicos-administrativos ao Sofrimento, Tentativas e Atos Suicidas de Alunos na/da Universidade

Após a maturação das discussões sobre o trabalho, saúde e subjetividade por meio das interlocuções de pesquisas vinculadas ao *Universitas-br* e ao NETSS, e, diante de uma realidade do sofrimento acadêmico-estudantil que não podemos ignorar, nos vemos diante do desafio de ampliar ainda mais a discussão do trabalho na universidade, considerando as atividades dos estudantes. Se não são atividades de caráter remunerado ou classificáveis como atividades vinculadas a cargos ou empregos, tais como das pesquisas que apresentamos, se tratam de afazeres que envolvem rotinas, prazos, exigências, dentro de uma dinâmica universitária que, como foi argumentado, muitas vezes tem sido pouco propícia para a preservação da saúde geral dos atores universitários.

Se a proposição original de estudos sobre o trabalho docente já havia sido ampliada, por avaliações de sua necessidade, por parte dos pesquisadores do eixo Trabalho do *Universitas-br*, de modo a incluir os TAs, e, em outras pesquisas não aqui apresentadas, os trabalhadores terceirizados (Reis, 2018), uma outra necessidade ora se impõe: a dos estudos e pesquisas sobre a subjetividade, sofrimento e saúde dos estudantes. Portanto, de investigações que possam tomar como objeto este ser social imerso no que poderíamos denominar *Trabalho Geral da Universidade*, e que, como apontou um professor entrevistado por Sguissardi e Silva Júnior (2009, p. 173), “também é um agoniado”.

O termo agonia é propositalmente resgatado, pois se relaciona à angústia, conceito referido por Freud em seus estudos sobre o suicídio, e desenvolvido com vagar durante toda sua obra. O conceito de angústia foi relacionado a outros. De modo geral a discussão sobre angústia se mescla à do desamparo. Ambos foram retomados por conceituados psicanalistas contemporâneos que analisaram o suicídio (Cassorla, 1984, 2017a, 2017b; Hendin, 1992). E que puderam ampliar a sua compreensão ao articular o par angústia-desamparo aos conflitos pulsionais (pulsão de vida x de morte) e ao conceito de forclusão, que, por sua vez, diz respeito aspecto emocional forcluído, isto é, refratário à representação, simbolização e perlaboração.

Vale considerar alguns dados sobre o suicídio, fenômeno este que se amplia no mundo do trabalho diante das reconfigurações dos seus modos de gestão e organização, ou ainda, de seus novos ditames de avaliação e imposição de desempenhos. Estes não raro implicam em impedimentos, rupturas com o sentido. Impedem a inscrição do desejo e da singularidade do sujeito na sua atividade de trabalho (Bêgue & Dejours, 2010).

No Brasil e na juventude brasileira as tentativas de suicídio e o suicídio aumentaram. E adentraram o cotidiano de várias universidades brasileiras, mobilizando debates e construção de estratégias de prevenção e posvenção. O suicídio e as tentativas de suicídio são de natureza

multicausal e a questão social se mescla às individuais, sendo nossa compreensão que as considerações às especificidades destas últimas não devem circunscrevê-las em si mesmas, sob o risco de inadequada psicologização.

Segundo dados da World Health Organization (2014), do período de 2000-2012, houve aumento da taxa de suicídio de 20,3% no Brasil, onde houve melhora nas notificações; mas as estatísticas de aumento não são resultado deste aspecto, e persiste ainda o problema de estados com dados subnotificados (Botega, 2015; Marin-León, Oliveira, & Botega, 2012). Um dos dados ressaltados pela World Health Organization (2014) sobre suicídio é o relativo ao coeficiente de mortes, sempre relativo ao total de 100.000 habitantes por ano. O coeficiente brasileiro é de 6, ao passo que o mundial é de 11,4 (média entre 15 do gênero masculino e 8 do gênero feminino). Mas como o país é populoso, o número absoluto é muito alto. Assim, nos situamos no oitavo posto do *ranking* mundial em número de suicídios. O número absoluto de suicídios diários no Brasil é preocupante: 32 suicídios por dia (WHO, 2014). O coeficiente de 6 mortes por suicídio no país fica abaixo do de mortes por acidentes de trânsito (25) e homicídio (36). Botega (2015), ao se referir a vários estudos sobre o suicídio (Marin-León, Oliveira, & Botega, 2012; Minayo, Pinto, Assis, Cavalcante, & Mangas, 2012; Ministério da Saúde do Brasil [MS], 2012; WHO, 2014) pondera que as mortes por acidentes e violência, embora sejam prevalentes, tem um efeito de sombra sobre a trajetória silenciosa de suicídio no país. Segundo Botega (2015), o suicídio é a ponta do *iceberg* de um fenômeno psicossocial. Sua causalidade é múltipla. E sua etiologia é dilemática, complexa e multidimensional. Ademais, possui variadas formas de expressão.

Freud (1980), em “Contribuições para uma discussão acerca do suicídio”, argumenta que os “educadores” não dão “fácil crédito” à “acusação” de que as instituições escolares possam impelir o suicídio. Com seu estilo retórico peculiar, não responsabiliza a escola, mas tampouco a isenta ou deixa de lhe fazer críticas: “uma escola secundária deve conseguir mais do que não impedir seus alunos ao suicídio”, argumenta, pois “deve dar o desejo de viver” e o “amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e com a família”, ao que completa: “parece-me indiscutível que as escolas falham nisso” (Freud, 1980, pp. 217-219).

O alerta é muito atual, e indica um fator protetivo cujas experiências de prevenção e posvenção ao suicídio estudantil estão lançando mão: a necessidade de amparo do estudante e de atenção às rupturas vividas por universitários com suas raízes sociais, culturais e familiares. O desamparo nas situações de rupturas com referenciais progressos são fatores de risco ao sofrimento, distúrbios de ansiedade, depressão, automutilações, tentativas de suicídio e suicídio. Tais fenômenos vem sendo identificados, o que tem mobilizado ações no interior das universidades, como no caso da UFF e da UFSCar, para mencionar duas das instituições que foram consideradas até aqui no tocante às interlocuções tecidas entre diferentes pesquisas que debatem subjetividade, trabalho e saúde.

No caso da Universidade Federal Fluminense (UFF), foram realizadas intervenções no *campus* de Volta Redonda. Elas se iniciaram em março de 2018. E o fator desencadeador foi a morte por suicídio de um aluno de curso de Engenharia. As intervenções foram uma iniciativa do grupo de Pesquisa e Extensão “Diálogos Sobre Sofrimento e Saúde na Universidade”. Estas intervenções foram relatadas pela professora doutora Ana Paula Todaro, em encontro de pesquisadores da Associação Nacional de Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), realizado na UFF, *campus* Gragoatá, Niterói (RJ), em 2018. Os receios suscitados, o impacto psicossocial, a falta de palavras diante do ato suicida do jovem estudante, não ficaram aprisionados. Ainda que muitos tenham ficado atônitos, foi possível dar movimento e criar possibilidade de dar palavra ao ocorrido. O desamparo e a angústia dos alunos, que encontraram adequado espaço de expressão em situações de posvenção propiciadas por docentes e estudantes do Curso de Psicologia da UFF, após ocorrência de suicídio de aluno da instituição, podem, quando não são assim acolhidos, redundar em precárias possibilidades

de simbolização e representação de vivências e afetos. E aquilo que se torna, de alguma forma, não traduzido, embora vivido no real, constitui o indecifrável, de forma a propiciar a passagem ao ato, numa situação-limite, na qual uma vivência se torna intolerável.

O intolerável se relaciona à angústia, e é potencial produtor do desalento e desesperança. Não raro se trata de elemento desencadeador da depressão. O autor conhecido como pioneiro do campo de estudos sobre o suicídio, a suicidologia, foi Shneidman (1993). Ele estudou e enfrentou tal problemática durante décadas. E criou um conceito-chave para compreensão do ato suicida: *psychache*. Shneidman (1993) procurou caracterizar a forma existencial da situação-limite presente no ato suicida: para ele haveria uma dor psíquica de intensidade ou caráter intolerável. Na perspectiva psicanalítica, seria equivalente ao que referimos como o que fica forcluído: a angústia não-representável. Forcluída, como apontávamos, da simbolização e perlaboração.

De nossa parte aqui somente levantamos algumas questões sobre o suicídio de estudantes, e as cotejamos com algumas proposições teóricas do que estamos sistematizando a partir de variadas leituras. De modo geral, as questões e informações sobre suicídio estudantil são provenientes dos relatos das ações na UFF e das experiências de profissionais da UFSCar com as quais também tivemos oportunidade de interagir. No caso da UFSCar nos referimos aos relatos dos que estão à frente do atendimento de alunos, e que participam da formulação, ainda em construção, de um conjunto mais amplo de diretrizes de uma política de saúde mental para a instituição. Construção esta iniciada em 2018, quando designada uma Comissão de Política de Saúde Mental da UFSCar, a partir de uma série de problemas discutidos no âmbito da Pró-Reitoria de Assistência Comunitária e Estudantil (ProAce).

O questionamento básico que então elaboramos até aqui é o de se a *psychache* não poderia ser relacionada a aspectos psicossociais presentes no cotidiano de jovens universitários. Destacamos, de forma embrionária, e a ser melhor investigada, a hipótese da angústia, descrença e desesperança em relação a alternativas às situações de intensa dor, sofrimento e crises identitárias. Estas poderiam estar relacionadas: a necessidades psicossociais não atendidas de realização, autonomia, reconhecimento e amparo; à falta de perspectiva de mudanças nas formas de sociabilidade na/da universidade, assim como de projetos futuros; e à ausência de fatores referenciais e protetivos que propiciassem, nas relações e cotidiano universitário, o fortalecimento frente a recorrentes situações de humilhação, estigmatização e desvalorização.

De forma incipiente, podemos alistar fatores de proteção e risco ao suicídio, com base nos conhecimentos em construção na UFF e UFSCar e nas reflexões de Botega (2015) e outros autores que proclamam por uma autópsia psicossocial do suicídio.

Como fatores de risco ao sofrimento e/ou adoecimento, e, por conseguinte, às tentativas de suicídio e suicídio, podemos alistar: ausência de acolhimento nas situações internas e externas à universidade; estressores psicossociais nas relações internas e externas à universidade; condições inadequadas de moradia, alimentação e descanso; existência de problemáticas de saúde mental não amparadas por auxílio profissional qualificado; abuso de drogas e álcool; impulsividade; isolamento social; carência de espaços e atividades socializadoras não-formais; desespero e inquietude; dissonâncias entre expectativas e realidade; limitadas perspectivas de vida e de projeto de vida.

E como fatores de proteção: melhorias da condição humana de existência dentro e fora da universidade; diminuição dos estressores crônicos e agudos dentro e fora da universidade; diversificação dos espaços e atividades não-formais de sociabilidade; construção de referenciais sociais e simbólicos prospectivos.

Desta forma, conforme aponta Botega (2015), as estratégias de prevenção ao suicídio constituem uma tarefa de muitas mãos. Elas exigem esforços combinados de médicos, cuidados alimentares, psicológicos, pedagógicos, familiares, sócio-culturais, religiosos e econômicos. E possui dimensões universais (como campanhas como o Setembro Amarelo), seletivas (ações mais específicas

com grupos vulneráveis) e indicadas (ações voltadas às situações de alto risco com jovens em situação iminente de ato suicida).

A nossa compreensão sobre a dor intolerável, identificada na ponta do sofrimento do trabalho geral da/na universidade, ou seja, nos alunos e na sua mais brutal expressão – tentativas de suicídio e suicídios - nos impele a fazer com que nos desloquemos dela para o geral e do geral nos voltemos a ela. Nesse sentido, vale mencionar a necessidade de se deslocar do âmbito da universidade para o do trabalho, e do trabalho para a totalidade concreta, para que possamos então retomar nosso olhar mais específico sobre a universidade e sobre o estudante. Pois não será possível isolar a compreensão do fenômeno à universidade, o que seria um reducionismo injustificável. Faz-se *mister* identificar os elementos da universidade e de sua dinâmica que possam ser fatores de risco, e também os fatores protetores nela ausentes. Mas, de qualquer forma, não podemos estancar aí, dada a natureza multicausal, dilemática, complexa e multidimensional, a qual aludimos antes, das tentativas de suicídio e do suicídio.

Podemos apontar haver um pacto de silêncio e de negação das relações entre suicídio e trabalho. O suicídio é, e talvez nunca deixe de ser, um tema tabu. Beguè e Dejours (2010) referem-se à existência de defesas contra o alto grau ansiogênico produzido em relação às percepções relativas às relações entre trabalho, *psychache* e suicídio. As defesas vão no sentido do silêncio, negação e banalização do sofrimento, do outro e de si (Beguè & Dejours, 2010; Dejours, 1999).

A dor intolerável tem raízes sociais. São conhecidas as reflexões de grandes marcos teóricos das Ciências Sociais sobre o suicídio: Marx (2006) e Durkheim (2005). O primeiro argumentou que o suicídio poderia ser relacionado ao patriarcalismo presente no patronato, de modo a ser fenômeno conectado à expropriação da mais-valia. Analisou ser o patriarcalismo do patronato, agente de exploração, um elemento que atingia intensamente o gênero feminino, tornando-o vulnerável ao ato suicida. Ao passo que Durkheim (2005) apontou a fonte do suicídio, ato individual, como eminentemente social, ou, dito de forma mais clara, como produto de uma anomalia social. Podemos estabelecer conexões com o que então argumentávamos desde a Introdução, acerca do mundo mercantil como desvitalizador da vida e do sentido nas instituições e no trabalho. Da doença como elemento social, da gestão patogênica e protagonista de processos de dominação e poder.

É portanto do olhar crítico sobre o trabalho e totalidade da sociedade do capital, que devemos, então, voltar às especificidades do olhar sobre a singularidade do fenômeno individual, do ato-limite, dos estudantes que se suicidam. É preciso ir e voltar do macro para o micro e vice-versa, para que possamos fazer leituras e intervenções múltiplas que são requeridas para a prevenção de um fenômeno, que, não obstante, nunca será algo controlável por nossa sociedade e nossos esforços. O que não nos exime, porém, de nossos esforços contínuos e permanentes, mas, pelo contrário, ainda mais os exigem.

Para Gaulejac (2007), as formas de gestão são portadoras de mal-estar-social e constituem uma doença social. Engendram situações nas quais o sentido esvaziado, a insignificância e a sinistrose se fazem presentes. Situações sociopatogênicas das formas de gestão e organização do trabalho instauram formas de sociabilidade desestabilizadoras. Instauram pressões contínuas numa busca insana por se atingir metas e resultados como um fim em si mesmo. O imaginário enganoso e o impedimento ao imaginário criativo (Enriquez, 1997), sob a batuta do poder sócio-mental (Pagès, Bonetti, Gaulejac, & Descendre, 1986), produz novas formas de adoecimento. Os nexos entre trabalho e adoecimento se reforçam.

Cada vez mais se estabelece um liame entre trabalho, *psychache* e suicídio do/no trabalho. Aquilo que já vem sendo identificado no mundo do trabalho e com estudantes pode também atingir docentes e demais atores da universidade. O desalento, mesclado à humilhação, vergonha e dor, a cultura do assédio moral, e o assédio como uma forma de gestão, parecem poder minar a subjetividade refratária e recalcitrante que ainda luta contra a sua refração. O suicídio, nesse sentido,

poderia ser compreendido como uma forma de recalcitrância à coisificação de si, mas sob a égide de uma constrição cognitiva socialmente produzida. A sinistrose, enquanto perda de crença nas instituições políticas e sociais, se torna arrebatadora. E a malversação do sentido existencial, pela via da exposição ao constante desgaste e degradação levaria, contraditoriamente, à eliminação do corpo, suporte no qual o sentido ainda poderia circular.

A negação da relação entre suicídio e trabalho, ou do suicídio como o novo flagelo do trabalho, é fator limitador de qualquer política que possa ser pensada de promoção à saúde e de prevenção ao suicídio. O suicídio é um “novo flagelo” psicossocial, que “reflete uma profunda degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho” (Dejours & Bégué, 2010, p. 15).

A degradação do coletivo no trabalho é produto da degradação social mais ampla. Da anomalia social, como sinteticamente indicou Durkheim (2005), ainda que sem o aporte do fundamento que somente o materialismo histórico-dialético nos propiciou: o da coisificação do humano no mundo da produção das mercadorias e da expropriação da riqueza. O suicídio, nesse sentido, pode ser compreendido como a mais enigmática situação na qual a sociabilidade expropriadora produz, pelas mãos do próprio sujeito, a ação que irá expropriá-lo definitivamente daquilo que é sua maior riqueza: a sua vida.

Assim, podemos considerar hipótese de o suicídio ser a faceta mais avançada da coisificação e da anomalia social, ou ainda, o suicídio estudantil como a faceta mais avançada do sofrimento negado, sorrateiro, presente no coletivo universitário esgarçado, nos processos mais desenvolvidos de refração das subjetividades e de anulação da recalcitrância refratária, mantenedora da vida, nesta instituição educacional.

Considerações Finais

Com base na interlocução de pesquisas que analisaram o trabalho docente na universidade, e que propiciaram uma busca cada vez mais ampliada de compreensão de como este pode engendrar ou evitar o adoecimento, argumentamos sobre a necessidade de produzirmos um olhar cada vez mais amplo e multifacetado não só do trabalho docente, mas do próprio *Trabalho Geral na Universidade*. Argumentamos, com base na referida interlocução, e situados no atual estágio de evolução das pesquisas do *Universitas-br* e do NETSS, que há dois eixos fundamentais que despontam na discussão do trabalho e subjetividade na universidade: o sofrimento e adoecimento; e a degradação, desgaste e falta de sentido.

Tecemos uma série de argumentamos críticos em torno das atividades universitárias, e de como elas implicam em formas insidiosas e sorrateiras de sofrimento e adoecimento de professores, TAs e alunos. Como procuramos demonstrar, nos primeiros estas se expressam no estresse, distúrbios de ansiedade e depressão. Mas, no caso dos estudantes, as formas insidiosas e sorrateiras podem ganhar mais intensidade e assumirem feições inauditas. Reverberando, em maior intensidade, o processo sociopatogênico que ocorre com professores, tutores e TAs. Podem chegar a um grau de intensa dor, de caráter intolerável, de forma a eclodir em situações-limite de *psychache*, desalento e desesperança. E, assim, redundar em tentativas e atos suicidas.

Das situações de adoecimento às das trágicas e preocupantes tentativas e atuações suicidas, que tem deixado sociedade e universidade atônitos, há percursos que podem sofrer intervenções, no sentido de uma reversão da degradação e da perda de sentido. Caso não as construamos, as tentativas e atuações suicidas poderão se ampliar. Se não produzirmos formas de inteligibilidade e prevenção mais consistentes, assim como práticas sociais e institucionais perpetuadoras das dimensões ético, políticas e desejanças do ser social, a vulnerabilidade e a reificação poderão ganhar ainda mais espaço.

A análise do fenômeno da degradação do ser social e da perda do sentido de sua *práxis*, nesta forma mais acirrada de coisificação e anomalia, requer uma radical autópsia psicossocial. Faz-se

imprescindível a construção de uma visão totalizadora do suicídio. Esta autópsia psicossocial e visão totalizadora que aqui apontamos (Minayo, Grubtis, & Cavalcante, 2012) significa a construção de um “corpus de saber coletivo” em busca do “sentido” e da “inteligibilidade” deste ato-limite do ser social no trabalho (Dejours & Bègue, 2010, p. 122). Trata-se de algo imprescindível. Pois o suicídio arquivado é, conforme argumenta Dejours e Bègue (2010), um erro prático e deontológico. As pesquisas e conteúdos que procuramos explicitar neste artigo caminham no sentido oposto ao do arquivamento.

Concluimos ser necessário, portanto, a produção de novas formas de sociabilidade que possam intensificar nosso potencial recalcitrante e anti-reificador, ou, em uma só designação, subjetividades refratárias articuladas a transformações profundas e estruturais da realidade social e institucional.

Referências

- Aubert, N., & Gaulejac, V. (1991). *Le coût de l'excellence*. Paris: Editions du Seuil.
- Bianchetti, L., & Sguissardi, V. (2017). *Da universidade à comoditização*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Botega, N. J. (2015). *Crise suicida: Avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Bourdieu, P. (1989). *La noblesse d'État*. Paris: Ed. De Minuit.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Cassorla, R. M. S. (1984). *O que é suicídio*. São Paulo: Brasiliense.
- Cassorla, R. M. S. (2017a). Jovens que tentam suicídio, homicídio precipitado pela vítima e totalitarismo: Três reflexões sobre autodestruição. *Reverie: Revista de Psicanálise*, (10), 78-97.
- Cassorla, R. M. S. (2017b). *Suicídio: Fatores inconscientes e aspectos socioculturais*. São Paulo: Blucher.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- Dejours, C. (2008). *Avaliação do trabalho submetida à prova do real: Crítica aos fundamentos da avaliação*. São Paulo: Blucher.
- Dejours, C. (2004a). O trabalho como enigma. In: S. Lancman & L. I. Sznalwar (Orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (F. Soudant Trad., pp. 127-140). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (2004b). Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In: S. Lancman & L. I. Sznalwar (Orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (F. Soudant Trad., pp. 197-241). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (2004c). Inteligência prática e sabedoria prática: Duas dimensões esquecidas do trabalho. In: S. Lancman & L. I. Sznalwar (Orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (F. Soudant Trad., pp. 277-299). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (2004d). Entre sofrimento e reapropriação: O sentido do trabalho. In: S. Lancman & L. I. Sznalwar (Orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (F. Soudant Trad., pp. 303-316). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (1996). Prescription, transgression et souffrance dans le travail. In J. Girin & M. Grosjean (Orgs.). *La transgression de règles au travail*. (pp.107-118). Paris, L'Hartmann.
- Dejours, C., & Bègue, F. (2010). *Suicídio e trabalho: O que fazer?* Brasília: Paralelo 15.
- Durkheim, É. (2005). *O suicídio*. São Paulo: Martin Claret.
- Enriquez, E. (1997). *A organização em análise*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Freud, S. (1980). *Contribuições para uma discussão acerca do suicídio*. (Edição Standard Brasileira – Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. XI, pp. 217-219). Rio de Janeiro: Imago.

- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. (I. Storniolo Trad.). Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- Gregório, J. R. (2011). *Política de pessoal docente do governo Lula: Uma análise do REUNI e seus desdobramentos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens Da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hendin, H. (1992). The psychodynamics of suicide. *International review of Psychiatry*, 4(2), 157-167.
- Loureiro, T. (2015). *Remoção e vivências de prazer-sofrimento de servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de São Carlos*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos), CCET/UFSCar, São Carlos, SP.
- Marín-León, L., Oliveira, H. B. D., & Botega, N. J. (2012). Suicide in Brazil, 2004-2010: The importance of small counties. *Revista Panamericana de Salud Publica*, 32, 351-359.
- Marx, K. (2006). *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo.
- Mascaro, A. (2013). *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo.
- Minayo, M. C. S, Grubtis, S, & Cavalcante, F. G. (2012). Observar, ouvir, compartilhar: Trabalho de campo para autópsias psicossociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8), 2027-2038. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000800014>
- Minayo, M. C. S, Pinto, L. W, Assis, S. G. De, Cavalcante, F. G., & Mangas, R. M. N. (2012). Tendência da mortalidade por suicídio na população brasileira e idosa, 1980-2006. *Revista de Saúde Pública*, 46(2), 300-309. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102012000200012>
- Ministério da Saúde do Brasil. (2012). *Sistema de informações sobre mortalidade: Indicadores de mortalidade*. Brasília: DATASUS. Recuperado em 18 de outubro de 2018 de <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?idb2012/c09.def>.
- Pagès, M., Bonetti, M., Gaulejac, V., & Descendre, D. (1986). *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas.
- Paulani, L. (2008). *Brasil delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo.
- Reis, A. C. (2018). *A terceirização na universidade: Diálogos entre precarização, saúde e organização do trabalho*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Volta Redonda, RJ, Brasil.
- Ruza, F. M. (2017). *Trabalho e subjetividade do professor da pós-graduação da UNESP: o sentido do trabalho e as relações entre sofrimento e prazer*. Tese. (Doutorado em Educação) – CECH/UFSCar, São Carlos, SP.
- Ruza, F. M., & Silva, E. P. e, & (2016). As transformações produtivas na pós-graduação: o prazer no trabalho está suspenso? *Revista Subjetividades*, v. 16, p. 91-103, 2016.
- Sacramento, L. (2019). *A universidade mercantil: um estudo sobre a universidade pública e o capital privado*. Curitiba: Appris.
- Sampaio, I. M. (2017). *O trabalho do professor no curso de pedagogia do Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp – 2010 a 2013)*. Tese. (Doutorado em Educação) – CECH/UFSCar, São Carlos, SP.
- Sguissardi, V., & Silva Júnior, J. dos R. (2009). *Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã.
- Shneidman, E. S. (1993). *Suicide as psychache: A clinical approach to self-destructive behavior*. Jason Aronson.
- Sidman, M. (1989). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Livro Pleno.
- Silva, E. P. (2015). Adoecimento e sofrimento de professores universitários: Dimensões afetivas e ético-políticas. *Revista de Psicologia: Teoria e Prática*, 17(1), 61-71.
- Silva, E. P. (2013a). *Trabalho, saúde e subjetividade do professor na universidade pública em expansão: Estranhamento, sofrimento e prazer*. São Carlos/Rio de Janeiro: Relatório de Pesquisa,

- PósDoutorado, Departamento de Educação (UFSCar)/ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ).
- Silva, E. P. (2013b). Subjetividade e sociabilidade: reflexões sobre o trabalho e saúde do professor universitário sob uma perspectiva freudo-marxista. *Advir (ASDUERJ)*, 30, 19-31.
- Silva, E., & Heloani, R. (2013). Trapaça. In F. O. Vieira, A. M. Mendes, & A. R. C. Merlo (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. (pp. 483-488). Curitiba: Juruá.
- Silva, E., & Mancebo, D. (2014). Subjetividade docente na expansão da UFF: criação, refração e adoecimento. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(2), 479-492.
<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v26n2/1984-0292-fractal-26-02-00479.pdf>.
- Silva, E. P. e, & Ruza, F. M. (2018). A malversação do reconhecimento no trabalho docente precarizado e intensificado. *Trabalho (Em)Cena*, 3(2), 3-16.
- Silva, E. P. E, & Silva Júnior, J, dos R. (2010). Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública. Campinas, *Revista Histedbr On-Line*, (número especial), 223-238, ago. 2010.
- Silva Júnior, J. dos R. (2017). *The new brazilian univarsity: A busca por resultados comercializáveis para quem?* Bauru: Canal 6.
- Silva Júnior, J. dos R., & Silva, E. P. e (2011). *Os significados do trabalho do professor pesquisador na universidade estatal pública mercantilizada*. Relatório Científico Final. (Processo FAPESP n. 2009/08661-0).
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- World Health Organization. (2014). *Preventing suicide: A global imperative*. Author.

Sobre o Autor

Eduardo Pinto e Silva

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

dups02@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6017-0779>

Professor Associado III do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos, linha de pesquisa "Estado, Política e Formação Humana". Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990). Mestrado (2000) e Doutorado (2005) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-Doutorado (2013) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Membro dos grupos de pesquisa "Trabalho Docente na Educação Superior" (UERJ) e "Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade" (UNICAMP). Coordenador do Núcleo Nordeste Paulista da Associação Brasileira de Psicologia Social (2018). Coordenador da linha de pesquisa "Estado, Política e Formação Humana" do PPGE UFSCar. Membro do Universitas-br (ANPED) e do GT Clínica e Psicodinâmica do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia (ANPEPP).

Sobre as Editoras Convidadas

Deise Mancebo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

deise.mancebo@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-8312-4495>

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Coordenadora da Rede Universitas/Br.

Kátia Maria Teixeira Santorum

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

katia.santorum@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2830-157X>

Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana.

Carla Vaz dos Santos Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão

carlavazufma@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-5518-9619>

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMA. Integrante da Rede Universitas/Br.

Denise Bessa Léda

Universidade Federal do Maranhão

denise.bessa.leda@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-8696-6126>

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal do Maranhão. Professora permanente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão. Membro da Rede Universitas/Br e do Grupo de Pesquisa Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.

Dossiê Especial O Trabalho no Ensino Superior

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 28 Número 14

20 de janeiro 2020

ISSN 1068-2341



Los/as lectores/as pueden copiar, mostrar, distribuir, y adaptar este artículo, siempre y cuando se de crédito y atribución al autor/es y a Archivos Analíticos de Políticas Educativas, los cambios se identifican y la misma licencia se aplica al trabajo derivada. Más detalles de la licencia de Creative Commons se encuentran en <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/>. Cualquier otro uso debe ser aprobado en conjunto por el autor/es, o AAPE/EPAA. La sección en español para Sud América de AAPE/EPAA es publicada por el *Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University* y la *Universidad de San Andrés* de Argentina. Los artículos que aparecen en AAPE son indexados en CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, Socolar (China).

Por errores y sugerencias contacte a Fischman@asu.edu

Síguenos en EPAA's Facebook comunidad at <https://www.facebook.com/EPAAAPE> y en Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Andréa Barbosa Gouveia** (Universidade Federal do Paraná), **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV), **Sheizi Calheira de Freitas** (Federal University of Bahia), **Maria Margarida Machado**, (Federal University of Goiás / Universidade Federal de Goiás), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch**, **Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso
Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz
Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco
Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá
Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins
Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla
Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes
Universidade Federal de
Pernambuco Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira
Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes
Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva
Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes
Universidade Federal Fluminense
e Universidade Federal de Juiz de
Fora, Brasil

António Teodoro
Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner
Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes
Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, Brasil

Lílian do Valle
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

**Geovana Mendonça Lunardi
Mendes** Universidade do Estado
de Santa Catarina

Alda Junqueira Marin
Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta
Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Brasil

Dalila Andrade Oliveira
Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Felicitas Acosta** (Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina), **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Ignacio Barrenechea**, **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Carolina Guzmán-Valenzuela** (University of Chile), **Veronica Gottau** (Universidad Torcuato Di Tella), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Paula Razquin**, **Axel Rivas** (Universidad de San Andrés), **Maria Veronica Santelices** (Pontificia Universidad Católica de Chile), **Maria Alejandra Tejada-Gómez** (Pontificia Universidad Javeriana, Colombia)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner

Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana, México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,

México

Pedro Flores Crespo

Universidad Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

María Guadalupe Olivier Tellez,

Universidad Pedagógica Nacional, México

Miguel Pereyra

Universidad de Granada, España

Mónica Pini

Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo, España

Jurjo Torres Santomé,

Universidad de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana, México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés, Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: Audrey Amrein-Beardsley

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Melanie Bertrand, David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Daniel Liou, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Cristina Alfaro
San Diego State University

Gary Anderson
New York University

Michael W. Apple
University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale
University of Toronto, Canada
Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner
Arizona State University
Henry Braun Boston College

Casey Cobb
University of Connecticut

Arnold Danzig
San Jose State University
Linda Darling-Hammond
Stanford University

Elizabeth H. DeBray
University of Georgia
David E. DeMatthews
University of Texas at Austin

Chad d'Entremont Rennie Center
for Education Research & Policy

John Diamond
University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo
Albert Shanker Institute

Sherman Dorn
Arizona State University

Michael J. Dumas
University of California, Berkeley

Kathy Escamilla
University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion
University of the Negev

Melissa Lynn Freeman
Adams State College

Rachael Gabriel
University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University
of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass
Arizona State University

Ronald Glass University of
California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross
University of Louisville
Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California
State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt
University of North Carolina
Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland
Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester
Indiana University

Amanda E. Lewis University of
Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana
University

Christopher Lubienski Indiana
University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis
University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses
University of Colorado, Boulder

Julianne Moss
Deakin University, Australia

Sharon Nichols
University of Texas, San Antonio

Eric Parsons
University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton
University of Kentucky

Susan L. Robertson
Bristol University

Gloria M. Rodriguez
University of California, Davis

R. Anthony Rolle
University of Houston

A. G. Rud
Washington State University

Patricia Sánchez University of
University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of
California, Berkeley

Jack Schneider University of
Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist
University of Maryland

Benjamin Superfine
University of Illinois, Chicago

Adai Tefera
Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres
Michigan State University

Tina Trujillo
University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller
University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol
University of Connecticut

John Weathers University of
Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner
University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley
Center for Applied Linguistics

John Willinsky
Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth
University of South Florida

Kyo Yamashiro
Claremont Graduate University

Miri Yemini
Tel Aviv University, Israel